

**112**  
A Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. comenta seu resultado relativo ao período findo em 30 de junho de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em milhares de reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações financeiras anuais completas não foram revisados pelos auditores independentes. As demonstrações financeiras, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO**

Recíta operacional	30/06/2024	30/06/2023	Var. %
Recíta de pedágio	38.458	100.00%	-
(-ISS)	(4.423)	-100,00%	-
(-PIS)	(575)	-100,00%	-
(-Cofins)	(2.654)	-100,00%	-
Subtotal	80.816	-100,00%	-
Recíta com construção e infraestrutura	112.379	48.654	130,98%
Total	193.195	48.654	297,08%

**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2024 e 2023**

Ativo	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	80.665	115.315
Operações a receber	7	18.655	-
Despesas antecipadas	8	1.432	355
Contas a recuperar	9	2.828	2.299
Contas a receber partes relacionadas	18	417	250
Outras contas a receber	-	674	190
Total do ativo circulante		104.871	118.409
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	22.932	10.961
Imobilizado	11	17.396	18.000
Intangível	12	413.139	304.553
Total do ativo não circulante		453.467	333.514

**Notas explicativas da administração às informações contábeis especiais**

Referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024 (valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	80.665	115.315
Operações a receber	7	18.655	-
Despesas antecipadas	8	1.432	355
Contas a recuperar	9	2.828	2.299
Contas a receber partes relacionadas	18	417	250
Outras contas a receber	-	674	190
Total do ativo circulante		104.871	118.409
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	22.932	10.961
Imobilizado	11	17.396	18.000
Intangível	12	413.139	304.553
Total do ativo não circulante		453.467	333.514

**1. Contexto, operacional e financeira**  
A Concessionária das Rodovias do Leste MS S.A. (Companhia) é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, sala 2, Centro, Chapadão do Sul, Mato Grosso do Sul – MS, constituída em 21 de novembro de 2022. A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2022 (Edital), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação e manutenção, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário de trechos da Rodovia Estadual MS – 112 e trechos das rodovias BR – 158 e BR – 436, com extensão total de 412,4 km, nos termos do Contrato de Concessão (Rodovia e Concessão), celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por instrumento do Secretário de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra). Sendo esse o único segmento negociado e maninha em que as decisões e recursos são feitos. A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio se iniciará após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no PER (Programa de Exploração da Rodovia), iniciado em 2024. O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses: (a) presença de interesse público; (b) necessidade de manutenção de decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e (c) em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado; Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos em serviços, não previstos no programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração. Conforme definido pelo Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos dos serviços a serem atendidos e manutenção, divididos em quatro frentes: • frente de recuperação e manutenção; • frente de melhorias operacionais, de ampliação de capacidade e de manutenção do nível de serviço; • frente de conservação; e • frente de serviços operacionais. Encerrado o prazo de concessão, serão vendidos à união todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus de interesse público, para a administração concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: Pagamento de imposto de renda e contribuição social de R\$ 150.730,00, dos quais R\$ 28.639,00 foram pagos em fevereiro de 2023, e o saldo devedor em 29 de fevereiro de 2023 em R\$ 121.091,00. A administração concessionária, pela variação do IPCA a partir de 2023. Em 30 de junho de 2024, o saldo de longo prazo a valor presente é de R\$ 27.301,00, e foi registrado a uma taxa de 8,28%.

**2. Base de preparação:** As informações contábeis intermediárias foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na legislação contábil emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A administração da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 14 de outubro de 2024. **2.1. Representação dos saldos:** A Companhia revisou sua avaliação quanto ao adequado momento para registro do contrato de concessão, tendo que em 31 de dezembro de 2022 havia registrado R\$127.277 relativos aos direitos pela entrega e respectivas obrigações a pagar ao poder concedente, considerando a data de vencimento do carterme do Edital 001/2022 no exercício de 2022. Na revisão das evidências, ajustou: (i) R\$ 10.961 em imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com a data da assinatura do contrato em 27 de março de 2023, quando de fato assumiu os direitos e obrigações sobre os 30 anos de responsabilidade na concessão (portanto afetando as informações somente em 31/12/2023, já que nas demonstrações previamente apresentadas em 31/12/2023 estes valores já se apresentavam registrados no balanço patrimonial em 31/12/2022); (ii) R\$ 9.361 de ajustes no Intangível, referentes à revista à taxa de desconto ao valor presente das obrigações de pagamento ao poder concedente pelo direito de entrega no montante de R\$ 4.200, a capitalização de atualização deste passivo pelo IPCA no exercício em R\$ 3.174 (de quais R\$ 60 foram pagos em fevereiro de 2023); e (iii) R\$ 9.361 de ajustes ao ativo presente do passivo no exercício em R\$ 1.987. Os efeitos da representação estão apresentados a seguir:

Ativo	Reapresentado	Efeito ajustes	Apresentado anteriormente
Ativo circulante	118.409	-	118.409
Ativo não circulante	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	10.961	-	10.961
Imobilizado	18.000	-	18.000
Intangível	333.514	9.361	342.875
Total do ativo não circulante	333.514	9.361	342.875
Total do ativo	451.923	9.361	442.562

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	31/12/2023	Efeito ajustes	Apresentado anteriormente
Passivo circulante			
Emprestimos e financiamentos	1.713	-	1.713
Debêntures	5.888	-	5.888
Fornecedores e outras contas a pagar	7.942	719	7.223
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	2.98	-	2.98
Obrigações fiscais	1.717	-	1.717
Contas a pagar partes relacionadas	348	-	348
Direito de entrega concessão	-	(2.320)	2.320
Obrigações com o poder concedente	174	(719)	893
Total do passivo circulante	18.000	(2.320)	20.400
Passivo não circulante			
Emprestimos e financiamentos	2.056	-	2.056
Debêntures	293.522	-	293.522
Direito de entrega concessão	37.484	11.621	25.863
Total do passivo não circulante	333.062	11.621	321.441
Capital social	122.000	-	122.000
Prejuízo acumulado	(21.219)	60	(21.279)
Total do passivo	100.781	60	100.721
Total do passivo e do patrimônio líquido	451.923	9.361	442.562

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	31/12/2023	Efeito ajustes	Apresentado anteriormente
Recíta com construção e infraestrutura	238.438	-	238.438
Custos dos serviços prestados	(17.359)	1	(17.360)
Custo com construção e infraestrutura	(238.438)	-	(238.438)
Resultado bruto	(17.359)	1	(17.360)
Despesas gerais e administrativas	(11.758)	-	(11.758)
Outras despesas operacionais	(1)	(1)	-
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos	(29.118)	-	(29.118)
Resultado financeiro	(2.561)	60	(2.621)
Prejuízo antes dos impostos	(31.679)	60	(31.739)
social - diferidos	10.791	-	10.791
Prejuízo do exercício	(20.888)	60	(20.948)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	31/12/2023	Efeito ajustes	Apresentado anteriormente
Recíta operacional líquida	80.816	-	80.816
Custos dos serviços prestados	(39.630)	(1)	(39.629)
Resultado bruto	41.186	(1)	41.187
Despesas gerais e administrativas	(9.043)	1.029	(8.014)
Outras despesas operacionais	(10)	-	(10)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos	32.133	1.028	31.105
Resultado financeiro	(6.986)	(3.857)	(10.843)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	25.147	(2.829)	27.976
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(985)	2.506	(3.491)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.248)	2.880	(3.628)
Lucro (prejuízo) do período	20.914	2.557	18.357

rio pela praça de pedágio. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços. **Recíta de construção:** A receita de construção proveniente da realização de investimentos no ativo intangível teve uma variação de 130,98% em comparação com o semestre anterior e foi influenciado por maior volume de obras previstos em nosso contrato de concessão. A contrapartida desta receita de valor igual está contabilizada como custo de construção.

**Custos dos serviços prestados**

	30/06/2024	30/06/2023	Var. %
Pessoal	(9.745)	(989)	240,5%
Serviços de terceiros	(12.581)	(9.183)	37%
Seguros e garantias	(781)	(463)	69%
Impostos e contribuições	(1.086)	(1.057)	9,4%
Verba de polícia rodoviária federal	(1.95)	(190)	130%
Verba de polícia rodoviária estadual	(498)	(195)	155%
Materiais/equipamentos/veículos	(3.086)	(253)	1120%
Depreciação/amortização	(6.442)	(445)	1348%
Provisão para manutenção	(12.23)	(268)	356%
Subtotal	(48.673)	(11.958)	307%

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	30/06/2024	Efeito ajustes	Apresentado anteriormente
Recíta operacional líquida	80.816	-	80.816
Custos dos serviços prestados	(39.630)	(1)	(39.629)
Resultado bruto	41.186	(1)	41.187
Despesas gerais e administrativas	(9.043)	1.029	(8.014)
Outras despesas operacionais	(10)	-	(10)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos	32.133	1.028	31.105
Resultado financeiro	(6.986)	(3.857)	(10.843)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	25.147	(2.829)	27.976
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(985)	2.506	(3.491)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.248)	2.880	(3.628)
Lucro (prejuízo) do período	20.914	2.557	18.357

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	30/06/2024	Efeito ajustes	Apresentado anteriormente
Fluxo de caixa das atividades operacionais	25.147	(2.829)	27.976
Fluxo de caixa das atividades de investimento	33.344	(18.765)	52.129
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	26.631	(217)	26.848

**3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados nas demonstrações financeiras. As estimativas e pressupostos reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são revisados periodicamente pela administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros. As informações sobre julgamentos e pressupostos utilizados estão detalhadas nas seguintes Notas Explicativas: • **Nota Explicativa nº 11** - Imobilizado; e • **Nota Explicativa nº 12** - Intangível; e • **Nota Explicativa nº 10** - Ativos e passivos fiscais diferidos.

**5. Principais políticas contábeis - Ativos Intangíveis:** Ativos intangíveis são aqueles que não são tangíveis e não são identificados separadamente do ativo intangível em geral. Em 30 de junho de 2024, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações dos contratos excedam os benefícios econômicos que os contratos geram, que seja recebido ao longo do período contratual. Em 30 de junho de 2024, a Companhia não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas aos contratos onerosos, conforme previsto do CPC 25. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **Contratos de concessão de serviços públicos:** Os contratos de concessão de serviços públicos são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do contrato. O concessionário tem a obrigação de manter e operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção e investimento); atua em relação à perda por desvalorização contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisará an

